

O papel das teorias realistas na formulação da Grande Estratégia

Patrick Del Bosco de Sales¹

RESUMO

Trata o presente artigo do papel das teorias realistas na formulação da Grande Estratégia. As teorias das Relações Internacionais explicam os fenômenos que ocorrem no Sistema Internacional, e evoluem em novas formulações a partir da observação da realidade. Esse processo move as ciências sociais, que saem de uma empiria para uma efetiva comprovação por meio da aplicação de metodologias de pesquisa. As teorias realistas representam um paradigma consagrado nas Relações Internacionais. Explicam os fatores intervenientes no comportamento dos Estados no Sistema Internacional, bem como os objetivos, formulados pelo corpo político. Essa Grande Estratégia considera aspectos domésticos e internacionais. Este artigo, por meio de análise de conteúdo, tem por objetivo identificar o papel da racionalidade na escolha dos interesses nacionais dentro da formulação da Grande Estratégia dos países, por meio das teorias das Relações Internacionais. Utilizando o método de análise de conteúdo, foi feita a decomposição dos conceitos, analisando os pontos em comum das variáveis componentes do conceito de Grande estratégia, e também das premissas teóricas realistas. A conclusão é que a Grande Estratégia, por ser de longo prazo, utiliza traços das teorias realistas na sua formulação, bem como racionalidade atribuída aos estados, deve ser considerada a partir da atuação do corpo político doméstico, conforme as premissas do Realismo Clássico e Neorrealismo.

Palavras Chave: Grande Estratégia, Realismo, Interesse Nacional

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (PPGRI-UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: patrickdelbosco@yahoo.com.br - ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9204-8770> .

INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional (SI) entendido como o agrupamento dos Estados e suas relações, possui uma organização complexa, que está em constante evolução, induzindo ou chamando os diversos componentes deste ambiente e seus respectivos poderes a atuar concomitantemente às suas dinâmicas domésticas. Na tentativa de explicar o fenômeno de interação entre os Estados, atribuiu-se, nos estudos seminais, essa dinâmica à distribuição de poder relativo entre os membros componentes do SI, em busca pela sobrevivência, que é a essência da abordagem realista clássica (Morgenthau 2003), ou então pela maximização do poder conforme advogam os neorealistas (Waltz 1979).

Independente do objetivo do Estado e da teoria pela qual o fenômeno é abordado, no final trata-se de uma escolha do próprio ente, conforme os interesses nacionais definidos pela coalizão dominante (De Mesquita et al. 2005a; Mintz e DeRouen Jr 2010). Sejam por pressões sistêmicas, que é a abordagem neorrealista, ou por escolha do próprio ente na busca pela sobrevivência, conforme o realismo, ou ainda pela percepção por parte da coalizão dominante, conforme advoga o realismo neoclássico (Dyson 2016), sempre há um objetivo a ser buscado pelo Estado dentro da dinâmica do SI.

Neste texto, o objetivo é analisar a racionalidade no processo de tomada de decisão acerca dos objetivos a serem buscados pelo Estado, e a forma como isso impacta na formulação da Grande Estratégia à luz das teorias consagradas das Relações Internacionais. Considerando o caráter incremental do conhecimento, será realizada uma análise evolutiva das abordagens realistas em relação aos objetivos deontologicamente estabelecido pelos Estados, e de que forma ocorre a materialização dessas decisões na Grande Estratégia, bem como as conexões com as teorias das Relações Internacionais.

O estudo das Relações Internacionais é área de conhecimento que remonta ao início do século XX, com o realismo surgindo para explicar o desequilíbrio no SI, especificamente o ápice das tensões, que é a guerra (Lopez e Johnson 2020). Neste primeiro momento, existiam algumas premissas, especialmente relacionada à racionalidade das decisões atribuídas ao Estado em assunto de Política Externa (Schmidt e Wight 2023), bem como a busca pela sobrevivência como fim maior (Waltz 1979). Adotando posturas com vistas à consecução destes objetivos, cada país

agiria independentemente, buscando primariamente aos seus interesses, de modo que esse movimento singular gera o ambiente anárquico, que também é premissa das correntes realistas.

A alegoria das bolas de bilhar se chocando na mesa, representando os Estados no SI, ilustra as soberanias neste ambiente anárquico. Porém, conforme advoga Schweller (2006), essas bolas de bilhar são guiadas por incentivos oriundos não apenas do SI, conforme o pensamento neorrealista, mas também oriundos do ambiente doméstico, explicando o motivo pelo qual os países adotam posições diferentes quando submetidos a incentivos semelhantes do SI (Schweller 2006), sendo esse o principal contraponto aos aspectos preditivos adotados pelas correntes realistas clássica e neorrealista.

Em função do objetivo do texto, não serão tratadas as teorias críticas, pois por mais que apresentem aspectos comportamentais dos decisores, e que são evadidos de racionalidade, elas não se prestam a explicar a modificação das abordagens das teorias clássicas, até mesmo por não haver uma interação de interesse deste texto entre as escolas realistas e críticas (Cox 1981).

A evolução das teorias realistas se deu pela inépcia em abarcar todos os casos que se apresentavam nos respectivos momentos de sua adoção pela academia, ou seja, não eram plenamente replicáveis aos casos. Existiam variáveis às quais não eram consideradas nos trabalhos seminiais, e que foram sendo incorporadas, sem abandonar a essência teórica. A racionalidade atribuída ao ente estatal (Schmidt e Wight 2023) será confrontada com os estímulos oriundos do ambiente doméstico, já que para os realistas neoclássicos, a ideia de racionalidade do comportamento do Estado se relativiza em relação aos estímulos oriundos do SI percebidos pela elite decisória (Meibauer 2023). As correias de transmissão entre os estímulos externos e a percepção do corpo político doméstico são traduzidas em ações para o devido balanceamento de poder ou mesmo outra ação (Schweller 2006), que não obedece à lógica do realismo clássico e nem do neorrealismo, que advogam em prol de respostas automáticas.

O papel dessa racionalidade nas abordagens realistas não é a mesma em cada uma delas, e isso impacta na conformação da Grande Estratégia dos países. Essa racionalidade que foi atribuída ao Estado por meio do realismo clássico, posteriormente foi deslocada para o Sistema Internacional no neorrealismo, até chegar aos indivíduos que tomam as decisões que se trata da abordagem neoclássica. A hipótese deste artigo

é a de que a racionalidade atribuída aos níveis de análise não opera igualmente, especialmente no nível dos indivíduos.

A metodologia qualitativa será empregada com vistas a obtenção do objetivo do texto. Dentro das ferramentas disponíveis, o método de análise de conteúdo, onde os fatores conceituais que caracterizam as escolas realistas, são decompostos e comparados com aqueles que compõem o conceito de Grande Estratégia em busca de congruência entre as escolas realistas e o espectro conceitual da Grande Estratégia.

Para isso, esse texto é dividido com base em um fio condutor conceitual dos componentes. A Grande Estratégia diz respeito, à mobilização de meios para se chegar a um fim, e na primeira parte, será discorrido sobre os fatores componentes das teorias realistas. Na parte seguinte será feita a depuração do conceito de Grande Estratégia. Na terceira parte, será feita a aproximação do conceito com as teorias realistas, momento que serão identificados os pontos de convergência entre eles, por meio de uma construção indutiva que culminará com um modelo.

Teorias e seus componentes

Nesta seção será apresentada uma discussão acerca da racionalidade presente nas teorias realistas. O objetivo ao final é identificar o papel da racionalidade em cada uma delas: no realismo clássico, no neorealismo e no realismo neoclássico, uma vez que cada um deles possui um nível de análise diferente, e conseqüentemente um viés.

As teorias são constituídas por conceitos (Goertz 2006), e estes por sua vez, possuem fatores componentes para individualizar o objeto que está sendo tratado. O realismo, como uma teoria, possui condicionantes para que haja a devida subsunção ao fenômeno estudado. São lentes para observar os fenômenos em qualquer área de conhecimento, como é o caso das Relações Internacionais.

O fenômeno de interação entre os Estados pode ser explicado por diferentes teorias, e no caso deste texto por meio do realismo e suas derivações, como o clássico, neorealista e neoclássico. A abordagem realista foi escolhida em função de sua proeminência (Frankel 1996), desde a gênese da área de conhecimento, balizando a escolha de diversos países em suas decisões de Política Externa, especialmente as grandes potências em suas épocas e momentos históricos.

As Relações Internacionais, como área de estudo, são oriundas

da Ciência Política (Lopez e Johnson 2020), que pretendia explicar os motivos que levavam os países a guerrear entre si, e ganham estatura de ciência autônoma no início do século XX. Essa proximidade se explica pela interconexão entre os decisores domésticos e as consequências das decisões no SI. Essa nova área de estudo adotou paradigmas que equalizavam os Estados sob as mesmas premissas, ou variáveis independentes, que, a depender de suas configurações, explicavam a adoção de determinadas ações por parte de uns Estados e não de outros (Schweller 2006). As análises de Política Externa consideram esses dois ambientes, inclusive desenvolvendo modelos para a interação, como o jogo de dois níveis (Putnam 2010), em uma lógica cartesiana e preditiva.

A complexidade do SI decorre de diversos fatores intervenientes simultâneos sobre os Estados, e sobre o próprio Sistema. Não é apenas na diferença de distribuição de poder, como advogam os neorealistas, mas também em relação às diferentes culturas que coexistem no SI (Buzan et al. 1998), as quais possuem organização social e normativa diferente, conforme as suas peculiaridades. Esse aspecto foi capturado pelas teorias que surgiram em contraposição aos realismos, como o liberalismo, bem como as de cunho construtivista e também as críticas, por possuírem suas próprias premissas e entendimentos do que seja a racionalidade.

Entender e saber lidar com essas diferenças dentro do SI é o desafio do estudo das Relações Internacionais, uma vez que um dos objetivos é a busca pelos determinantes das guerras (Lopez e Johnson 2020), que para alguns autores representa o ápice da irracionalidade. Para a análise desse Sistema complexo, foi necessária a adoção de parâmetros para a operacionalização dos conceitos, que são teorias sobre ontologia, sobre os elementos constitutivos fundamentais de um fenômeno. A opção pela simplificação, ou seja, a retirada de variáveis, promove-se o alongamento do conceito (Goertz 2006), aumentando o número de casos explicados, mas deixando de lado aspectos importantes, quando se pretende identificar os elementos constitutivos, e que a inserção de adjetivos faz com que o espectro de fenômenos abarcado se reduza, aproximando cada vez mais ao objeto observado.

Um exemplo é o conceito de democracia, que possui seus respectivos elementos conceitualmente constitutivos. Gary Goertz (2006) explora esse conceito, pois a democracia é constituída por fatores, como eleições livres, diversidade partidária e imprensa livre, porém quando adjetivamos o conceito, individualiza-se o caso, como a expressão “social

democracia”, que se aplica em determinados países e automaticamente exclui outros, isso acontece pois há uma contração do conceito de democracia, com a inserção desses atributos.

A opção por deixar condicionantes, e que também podem ser denominadas variáveis intervenientes, fora da equação do fenômeno, faz com que as explicações não sejam suficientes, aperfeiçoando as teorias para preencher o espaço deixado por essas lacunas. O caráter incremental abre a possibilidade do avanço do conhecimento disponível, que cada vez mais evidencia as diferenças entre os Estados na observação e interações entre eles na análise do SI. Essas interações se dão em nível crítico nos momentos de guerras, de modo que a Primeira Guerra Mundial, também denominada Grande Guerra, foi impulsionador da área de estudos das Relações Internacionais, começando pelos idealistas e posteriormente tendo os realistas despontando com as ideias mais ajustadas para o que ocorria naquele momento (Korab-Karpowicz 2010).

O Realismo clássico foi uma reação aos idealistas que acreditavam que organismos multilaterais poderiam induzir um ambiente de harmonia no SI, e essas ideias surgiram após a Primeira Guerra mundial. Os idealistas foram desacreditados com o fracasso da Liga das Nações e escalada de instabilidade que levou à Segunda Guerra Mundial (Lopez e Johnson 2020), estimulando a corrente realista que pretendeu ser uma teoria de longo alcance, tendo capacidade explicativa para o fenômeno da guerra, atuando de forma indutiva (Frankel 1996) na observação daquele momento e em anteriores, remontando inclusive à Guerra do Peloponeso.

Hans Morgenthau criou seis princípios relativos ao realismo clássico, buscando capturar a essência teórica. Podemos ter um parâmetro de aplicação dos aspectos necessários ou suficientes para a observação do conceito de grande estratégia pelas lentes realistas. Os princípios são: i) A política é governada por leis objetivas que refletem a natureza humana; ii) os interesses são definidos em termos de poder; iii) o poder é universalmente definido, mas expressão varia quanto ao lugar onde é exercido; iv) os princípios morais são importantes, mas devem estar subordinados aos interesses da ação política; v) os princípios morais não são universais; e vi) existe a autonomia da esfera política em relação às demais, conferindo racionalidade à ação.

O Realismo Clássico possui a racionalidade como premissa. Os Estados agem racionalmente em busca de sua sobrevivência, ou seja, existem cálculos racionais que levam os componentes do SI a tomarem

ações com o intuito de permanecer vivos neste ambiente anárquico, podendo ser esse o grande interesse nacional (Frankel 1996). Neste sentido, as ações cotidianas do corpo político que toma decisões, sob o olhar desta teoria, buscam a maximização do poder como forma de manutenção do status-quo no SI, sendo essa premissa muito mais prescritiva do que normativa.

Essa prescrição é importante no momento que as decisões que afetam o SI são tomadas com base na epistemologia realista, já que as causas e consequências são conhecidas a priori à luz do corpo conceitual e preditivo formado indutivamente. Analisando o caso da construção do arsenal nuclear pelas grandes potências após a Segunda Guerra Mundial, pode-se inferir que essa prescrição não se ajustava plenamente àquela realidade, uma vez que o uso daquele armamento não traria a paz desejada a nenhum dos contentores, maculando a lógica da paz desejável (Alsina 2018), que é uma premissa da Grande Estratégia. Em que pese ter havido a maximização do poder, o encontro da teoria com a realidade demonstrou que existem variáveis que tornam as prescrições racionais menos exatas, modificando e gerando reações inesperadas, reduzindo o poder explicativo da teoria, sendo essa a característica da falseabilidade (Korab-Karpowicz 2010). A racionalidade assumida pelos realistas decorreu de um olhar no retrovisor entre as causas e as consequências, ou seja, uma cadeia em busca de um padrão de comportamento, robustecendo a teoria para aqueles casos, em um movimento de endogeneidade.

Até agora tratamos de uma teoria que tomou força após o idealismo não ter demonstrado aplicabilidade naquela realidade, sendo o realismo mais adequado a explicar aquele momento entre guerras, por meio de uma abordagem menos científica, cujas críticas motivaram o avanço desse conhecimento com mais rigor metodológico, por meio da evolução do realismo clássico que foi o neorealismo (Waltz 1979).

Os neorealistas advogam em prol de um melhor posicionamento do Estado no SI. Esse nível de análise deixa de lado o caráter normativo do realismo clássico, ao mesmo tempo que embasa as decisões estatais a partir de incentivos e constrangimentos oriundos do SI (Morgenthau 2003; Waltz 1979). Essa abordagem buscava entender, entre outros motivos, os determinantes para a guerra. Essa teoria admite que existe determinado nível de cooperação entre os Estados, mas com base nos ganhos relativos em termos do posicionamento no SI, em uma acepção utilitarista da cooperação.

A anarquia e a racionalidade são conceitos intimamente relacionados com vistas a preservação da paz no SI. A adoção das decisões com base na característica anárquica não pode ser o único parâmetro, sob pena de gerar um desequilíbrio no mundo por meio de percepções errôneas por parte dos Estados em relação ao SI. Neste momento a racionalidade impede que esse movimento de descompasso ocorra, ou seja, por mais que não exista uma governança global, os Estados não vivem em uma situação de naturalismo, respeitando determinadas regras aos quais os realistas clássicos atribuíram à natureza humana.

As guerras decorrem da escolha racional dos Estados em sobreviver em um ambiente anárquico. Waltz (1979) definiu esse entorno como a ausência de governo centralizado acima dos estados e que poderia, por exemplo, regular o comportamento ou fazer cumprir contratos entre eles, encontrando nas guerras o equilíbrio. Ressalta-se neste ponto os constrangimentos impostos pelo SI para balizamento das relações internacionais, como o balanceamento de poder, a moralidade internacional e a lei internacional que garantem uma sobrevivência relativamente pacífica entre os Estados (Frankel 1996).

Essa alocação dos recursos pode gerar um problema à estabilidade do SI, que é o nível de análise dos neorrealistas. Essa abordagem se divide nas vertentes ofensivas e defensivas, os primeiros advogam por uma postura proativa dos Estados, e tem Mearsheimer (2013), o grande expoente e questiona o equilíbrio de poder; ao passo que os defensivos, de Waltz (1979), apontam a imprudência de se gerar um desequilíbrio na balança de poder. Independente da vertente, o dilema da segurança é um dos motivos de os países entrarem em guerra (Lopez e Johnson 2020).

Surge a necessidade de se entender onde residem as escolhas dos países em termos de Política Externa e, havendo objetivos definidos, como serão defendidos esses interesses? A resposta a essa questão passa pela necessária evolução do campo teórico, e avança em direção a outras premissas que igualmente darão ensejo a novas teorias, como é o caso do liberalismo e das escolas construtivistas. Essas correntes alternativas aos realismos não serão abordadas, mas servem de guia para direcionar a discussão para o realismo neoclássico, uma vez que o realismo clássico possui limitações conceituais.

A maximização do poder passa a ser o paradigma do neorrealismo, que abandonou a racionalidade, transferindo os determinantes do comportamento dos estados ao SI. As premissas do neorrealismo se

assemelham com as do realismo clássico, porém com a diferença que não basta apenas sobreviver no SI, mas também maximizar o poder relativo, tendo por comparação a própria estrutura do SI que constrange ou estimulam os países a dotarem posturas que atendam aos seus interesses, à luz de suas capacidades relativas.

Também existe a premissa de ordem racional, com a diferença de que a racionalidade é atribuída ao Sistema (ou estrutura), e não apenas ao Estado. Essa racionalidade tem por objetivo último o de obter um melhor posicionamento na estrutura do SI. Convém ressaltar que a escolha mais favorável é dada a partir dos recursos disponíveis aos Estados no SI, como alianças, acordos ou mesmo incremento de poder, por meio de ações de balanceamento de poder (Schweller 2016). O caráter belicista dos países é evidenciado, em contraposição à segunda grande discussão “neo-neo” das RI (Cox 1981), sendo o neoliberalismo a teoria que aborda o relacionamento entre os Estados de uma forma mais cooperativa, ou seja, não há que se falar em melhor posicionamento no SI, mas sim uma postura pautada no objetivo comum dos Estados, remontando à concepção clássica de Estado provedor de bens aos seus cidadãos.

Essas duas correntes realistas apresentadas dominaram os estudos das Relações internacionais desde a sua gênese. Foram realizados diversos avanços, e quase todas de forma incremental, mas com a restrição de que nem todos os casos são explicados a partir delas. Com o avanço dos estudos de política externa, passou-se a transferir o foco ao nível individual dos tomadores de decisão, sejam eles colegiados ou individuais, dependendo da estrutura interna dos Estados. A política externa de um país passou a ser tratada como política pública (Siqueira 2011), suscetível a intervenientes domésticos.

Os modelos decorrentes do diálogo entre as teorias realistas apresentadas até o momento, fizeram proposições sobre o processo pela qual as decisões são tomadas pelos Estados como entes unitários. A racionalidade atribuída aos Estados perdurou até a elaboração de dois modelos que passaram a observar os níveis doméstico e internacional, que são os modelos de Putnam e Alison (2010), oferecendo uma inovação, pautando as decisões de Política Externa com base na interação desses ambientes.

Esses dois modelos possuem o paradigma da racionalidade como pano de fundo. Putnam (2010) estabeleceu o jogo de dois níveis, fazendo a conexão entre a política doméstica e a política internacional no que tange

a negociações, enfatizando o papel das coalizões, preferências e pressões internacionais, isso em um “tabuleiro” no qual a diplomacia atua. Alisson e Halperin (1972) enfatizam o papel das burocracias, colocando foco na ação governamental e na interação dos indivíduos. Em que pese esse modelo de tomada de decisões não integre todos os três níveis de análise, quais sejam, o sistêmico internacional, o estatal e os indivíduos, o grande ganho se dá pelo papel deste último no processo, uma vez que a racionalidade atribuída ao Estado pelo realismo clássico, afastava o papel determinante do nível individual nas tomadas de decisão em política externa.

Essa integração do plano doméstico ao internacional culmina com o realismo neoclássico (Meibauer 2023). Essa corrente veio a preencher a lacuna de conhecimento relacionado ao questionamento das causas que levavam países, que sofrem constrangimentos ou estímulos semelhantes, a adotarem posicionamentos diferentes, e a resposta para essa indagação está na percepção da coalizão dominante (De Mesquita et al. 2005a; Schweller 2006). Chama atenção o fato de que as Relações Internacionais e a Ciência Política se reencontram nesta teoria, local onde as disputas que ocorrem no ambiente doméstico direcionam as ações de política externa.

O realismo neoclássico não abandona paradigmas realistas, mas avança no conhecimento quando relativiza a escolha racional em termos de Política Externa. Essa relativização é explicada pela análise do modelo de Schweller (2006), quando considera variáveis de ordem doméstica como condicionantes no direcionamento de assuntos de Política Externa. Quando não ocorre interação entre as variáveis do modelo, quais sejam, coesão das elites, consenso das elites, vulnerabilidade do regime e coesão social, observa-se uma letargia do Estado em relação aos estímulos oriundos do ambiente internacional, podendo colocar em risco a própria sobrevivência política quando do decréscimo de legitimidade (Tsebelis 2011). Por outro lado, quando ocorre a percepção do risco à própria sobrevivência dessa coalizão, ocorrem movimentos no sentido de contraposição a estas potenciais ameaças, legitimando a posição dominante.

Em face ao exposto, percebe-se que os paradigmas realistas tratam de uma racionalidade das unidades de análise nas decisões em assuntos de política internacional do país. Essa racionalidade, porém, não é a mesma nas três teorias expostas, inicialmente por se tratar de níveis diferentes de análise e que possuem objetivos diferentes. No realismo clássico, a racionalidade é do Estado em sobreviver; no neorealismo, a racionalidade é da estabilidade do SI, e no realismo neoclássico, a racionalidade é da

coalizão dominante na legitimação de sua manutenção no poder.

Essas teorias emolduraram diversos momentos de modificações no SI. Esse fato é importante pois as teorias explicavam casos passados e ao mesmo tempo também se aplicam na contemporaneidade, e que a coalizão dominante lança mão de mais de uma teoria para ponderar as decisões e buscar apoio da audiência (Snyder 2004). Considerando que o objetivo dos Estados é a sobrevivência, ou então o melhor posicionamento no SI, e mesmo um comportamento mais colaborativo, qualquer que seja, a opção deverá estar inserida na Grande Estratégia do país.

A racionalidade presente nas teorias realistas atua em diferente intensidade em cada uma delas. O próprio nível de análise inerente a cada uma delas induz esse processo. Por meio da decomposição dos fatores componentes das teorias, foi identificado o papel da racionalidade.

Grande Estratégia

O Comandante dos navios, antes de entrar em combate, dependendo da ameaça a ser enfrentada, determina as prioridades a serem observadas pela tripulação na ação, quais sejam: combater, navegar e flutuar, em uma análise multinível (Pinto, da Silva, e Pinheiro 2022), e as variações entre esses três componentes. Essa priorização serve como guia das ações de cada membro da tripulação, e pode ser alterada pelo Comando na medida que as ações forem ocorrendo. Nessa mesma analogia, as prioridades de um país são determinadas pelo corpo político, com prazo maior e sempre observando a dinâmica doméstica e internacional nas decisões, devendo haver uma flexibilidade para a adaptação às circunstâncias do SI.

Os países possuem interesses que moldam seu comportamento no SI. Essa interação com o ambiente internacional é própria definição de Política Externa, que necessita de instrumentalização para a efetividade das decisões acerca da direção do país, mas não apenas isso, essas formulações estão inseridas em um ambiente de negociação, que depreende a necessidade de acomodação de interesses para a solução de diferentes problemas em âmbito interno, e estamos tratando das políticas públicas, sendo a Política Externa uma delas (Milani e Pinheiro 2013), e que entra nas negociações nessa arena política doméstica.

As políticas públicas visam a solucionar problemas que se apresentam, e se dão em discussões em nível político, arena adequada para a tomada de decisões que direcionam o esforço estatal na efetivação

do seu papel, inclusive no SI. A acomodação das demandas domésticas incrementa a legitimidade dos tomadores de decisão que, a depender da configuração do Estado, são individuais ou coletivos, sendo este trabalho restrito a decisores colegiados, que são denominados coalizão dominante (De Mesquita et al. 2005).

O objeto de estudo das Relações Internacionais é a interação entre os Estados no SI. Essas interações são guiadas por preferências e oportunidades oriundas desse ambiente, como neste caso é clara a aderência ao neorealismo, e neste ponto percebe-se que as teorias podem sensibilizar os decisores a adotar posturas com base nos ganhos esperados e até mesmo nas premissas dessa teoria.

A Grande Estratégia possui diversas definições, sendo que devemos analisar os componentes conceituais para verificar a adequação como os elementos constitutivos das teorias das Relações Internacionais. A Grande Estratégia de um país é um conceito fluído, e por este motivo necessita parametrizações para poder ser aplicado, não sendo pretensão a formulação de um tipo ideal weberiano de Grande Estratégia, mas apontando caminhos que indiquem a essência do conceito. Para esse propósito, será adotado o entendimento de Gary Goertz (2006), que advoga em prol de uma escalada de generalização nos conceitos (Goertz, 2006), uma vez que a individualização do objeto é fruto da sua essência, através de atributos que interagem com a realidade, tendo por base a escolástica aristotélica na formulação dos agrupamentos desses fatores. Esse aspecto é importante quando se trata de conceitos amplos, à luz da generalização e replicabilidade.

Formas de como operacionalizar os conceitos foram desenvolvidos ao longo da literatura. Gary Goertz (2006) elaborou um modelo de três níveis, sendo o primeiro relacionado ao conceito utilizado nas proposições teóricas. O segundo nível do conceito é formado pelas dimensões constitutivas do primeiro nível conceitual, que individualizam o objeto, e ocorre o refinamento em nível de indicadores para mensuração. No que tange ao terceiro nível, nestes ocorrem os indicadores que valorizam qual fator possui maior ou menor relevância, ou seja, o nível quantitativo dos conceitos e que se prestam à ponderação dos diversos fatores componentes do conceito.

As partes componentes do conceito definem a amplitude de aplicação nos fenômenos estudados, dentro do segundo nível, das variáveis independentes. Quanto maior o número de fatores componentes

do conceito, menor o espectro de aplicação, reduzindo a aplicação do conceito e, por outro lado, quanto menor a quantidade de variáveis, ocorre o alongamento, deixando mais fácil a generalização (Goertz, 2006), de modo que a opção recaia sobre o fenômeno que se pretende analisar.

Neste texto, a escolha se dá pela inclusão de fatores que tenha maior proximidade ao fenômeno, uma vez que se pretende definir a Grande estratégia a partir de seus componentes em termos de necessidade e suficiência, à luz das teorias realistas. Em que pese haver consciência de que existem fatores intrínsecos aos contextos dos países que respondem de forma diferente quando submetidos a estímulos similares oriundos do SI (Schweller 2006).

Nas obras de autores que abordam a Grande Estratégia, podem-se identificar atributos comuns. Inicialmente, a Grande Estratégia é de longo prazo (Brands 2014), isso quer dizer que as decisões cotidianas produzem resultados para além do calendário eleitoral, e isso deve ser considerado em discussões de Política Externa. Outro ponto comum entre os autores é a mobilização de recursos disponíveis no Estado, que deve ser realizado com um objetivo definido. Estes recursos constituem o Poder do Estado. Essa construção se comprova a partir da análise sob a ótica do realismo neoclássico, onde a capacidade de mobilização e a vontade de fazer esse movimento levam o país a alterar seu posicionamento no SI (Schweller 2006).

A mobilização dos recursos por parte dos decisores com o intuito de alcançar objetivo é aspecto central no conceito de Grande Estratégia. É necessário esclarecer a relação entre o conceito de Poder e a Grande Estratégia. Entende-se que o Poder, por sua característica multidimensional (Brands 2014), diz respeito aos recursos disponíveis na sociedade, e pode ser empregado em um objetivo definido pelo grupo decisório, ressaltando não se tratar apenas de recursos militares, mas também econômicos, culturais ou diplomáticos, ou seja, todo acervo das possibilidades do Estado (Teixeira 2019), podendo levar os Estados a um melhor posicionamento relativo em um ambiente hierarquizado (Lake 2011), e até mesmo tornar a guerra desnecessária (Ortmann e Whittaker 2016). Tais recursos devem ser capaz de gerar interferência sobre as ações dos outros.

Esses fins definidos pela coalizão dominante possuem uma ancoragem no ambiente doméstico, que podemos chamar de Interesse Nacional e é intimamente ligado à Política Externa. A projeção da síntese dos Interesses Nacionais no plano internacional (Silveira, 1974) é

a definição da Política Externa. Daqui é possível afirmar que o interesse nacional decorre de um processo de decisão dentro da esfera política do Estado (de Moraes, 1986).

Alguns autores advogam em prol de haver uma proeminência da Política Externa em relação a outras políticas, mas independentemente dessa posição, o corpo político de um país tende a se debruçar sobre aquelas que ocupam a agenda em função do apelo social do assunto, uma vez que os recursos são limitados e necessitam ser alocados para potencializar a sobrevivência política dos tomadores de decisão (De Mesquita et al. 2005). A delegação da Política Externa a segundo plano, faz com que as decisões passem a ser tomadas por outros atores, implementando políticas pré-definidas, sendo o ápice da racionalidade. Mas como é possível saber qual a política a ser implementada se não há consenso, ou mesmo discussão na arena política?

O estudo da Grande Estratégia depreende necessariamente a interação entre o ambiente doméstico e o internacional. Para dar conta desse fenômeno, é imprescindível que seja utilizada a moldura do Realismo Neoclássico, que afasta o Estado como ator unitário que age de forma racional na maximização de seus ganhos e insere o papel das burocracias domésticas para o posicionamento de um país no SI. Essa teoria explica o motivo de existirem países com o ambiente doméstico tão conturbado que deixam assuntos de Política Externa em segundo plano (Schweller 2006).

Em que pese haver uma ligação íntima entre a Grande Estratégia e o Realismo Neoclássico, os outros realismos atuam diretamente na formulação daquele conceito. Retomando o realismo clássico, que possui em sua essência a preocupação dos Estados com a segurança e a busca de seus objetivos em termos de interesse nacional e luta por poder, esse grupo possui afeição a uma política bem sucedida baseada na prudência, com ações calculadas, com base nas prováveis consequências políticas, a ideia de que a natureza humana se reproduz no SI é uma possibilidade de inserção do papel dos decisores em buscar à preservação do país, bem como o melhor posicionamento no SI. O Poder tem papel preponderante no momento no qual cada país deve ser capaz de promover sua sobrevivência nesse ambiente egoísta onde a segurança é primordial (Korab-Karpowicz 2010).

Adequação das Teorias à Grande Estratégia

A partir da decomposição dos elementos constitutivos das teorias

e do conceito de Grande Estratégia, é possível fazer a contraposição entre eles. Para facilitar a compreensão, foram elaborados quadros contendo os fatores e para a análise pormenorizada da adequação do conceito à teoria. Ao Quadro 1 faz alusão ao realismo clássico e à Grande Estratégia.

Quadro 1 - Comparação Realismo Clássico e Grande Estratégia

Realismo Clássico*	Grande Estratégia**
A política é governada por leis objetivas que refletem a natureza humana	Direcionada ao Longo Prazo
Os interesses são definidos em termos de poder	Definido pela Coalizão Dominante
O poder é universalmente definido	Objetivo de Interesse Nacional
Os princípios morais não são universais	Combina visão e racionalidade com Poder
Os princípios morais são importantes, mas devem estar subordinados aos interesses da ação política	Formulada pelos decisores
Existe a autonomia da esfera política em relação às demais	Mobilização de recursos

Fonte: * (Morgenthau, 2003); ** (Brands, 2014)

Pela análise do quadro, nota-se que existem pontos de contato dos componentes da Grande Estratégia com os do Realismo Clássico, em que pese também existirem aspectos controversos. A ideia de mobilização de ativos de poder é necessária e se ajusta ao objetivo final dos Estados em atenção às premissas dessa teoria, uma vez que a ação levaria à segurança do Estado, bem como a garantia de sua prosperidade (Ortmann e Whittaker 2016). Por outro lado, o direcionamento de longo prazo, inerente à da Grande Estratégia, se confronta com a premência da segurança, a qual está intimamente relacionada a uma avaliação do SI no qual o Estado está inserido, dentro daquele contexto específico, ou seja, em um espectro de curto prazo. Neste sentido, os governantes dependem de resultados rápidos para obter legitimação de sua liderança (Brands 2014), gerando condição necessária, excluindo a perfeita adequação da teoria, uma vez que as decisões estão confinadas às agendas eleitorais (Snyder 2004; Pion-Berlin e Trinkunas 2007). A sobrevivência é premissa de cunho realista (Silove 2018), e que a Grande Estratégia deve considerar essa previsão como fim último do Estado, deixando de lado outros pontos intermediários a serem perseguidos.

Os Estados, que são unidade de análise, também são destinatários das ideias oriundas do conceito de Grande Estratégia. Os entes executarão os ditames da Grande estratégia formulada, que possui viés último voltado para a sobrevivência, e que fará todo o possível para esse objetivo, por meio de seus poderes inerentes.

No que tange ao Neorealismo, essa escola surgiu com o intuito

de oferecer mais cientificidade na análise das Relações Internacionais. O grande apelo da teoria reside na análise do nível sistêmico que estimula os Estados a adotarem determinadas posturas, também denominado de imagens por Waltz (1979), direcionador do comportamento dos estados. Pelo fato de ter surgido em um ambiente de bipolaridade, uma crítica a essa teoria reside no fato haver um alinhamento natural por parte dos Estados naquele momento.

Esse alinhamento, dependendo do viés, seja o capitalista ou comunista, já trazia em seu bojo o objetivo do Estado. Esse posicionamento já oferecia a meta a ser perseguida, ou seja, ocorria um alinhamento pragmático e uma Política Externa dependente por parte dos países, em torno de uma ou outra potência. A opção era excludente, ou seja, quem assumia a ideologia capitalista, com os Estados Unidos, automaticamente era oposição ao comunismo e vice-versa, em que pese essa lógica ter desaparecido no decorrer do tempo, o que interessa neste texto é a análise da Grande Estratégia à luz do neorrealismo.

Apresentaremos os principais constructos conceituais da teoria e também da Grande Estratégia e analisaremos os pontos de contato.

Quadro 2 - Comparação Neorrealismo e Grande Estratégia

Neorrealismo*	Grande Estratégia**
Direcionada ao curto prazo	Longo Prazo
Comportamento previsível dos Estados	Mobilização de recursos
Distribuição de poder no SI define o comportamento	Objetivo de interesse Nacional
Anarquia é direcionador do comportamento dos Estados	Formulada pelos decisores
Balanceamento de Poder	(Não há comparação com outros países, mas somente o posicionamento daquele Estado formulador)
Lógica da sobrevivência	(Não há comparação com outros países, mas somente o posicionamento daquele Estado formulador)

Fonte: * (Waltz, 1979); ** (Brands, 2014)

Pela análise do quadro, não se depreendem tantas diferenças em relação a análise do realismo clássico. O cientificismo oferecido à teoria não alterou substancialmente a aplicação dela ao conceito de Grande Estratégia, porém um aspecto relacionado às críticas ao neorrealismo deve ser considerado nesta análise. Conforme já foi explicitado, essa teoria surgiu em um momento de bipolaridade, e a crítica reside no fato de o neorrealismo ter desconsiderado processos históricos e a formação dos interesses, uma vez que o cientificismo da teoria deixou de lado o papel da influência do nível individual, considerando a escolha racional, que na realidade representava um alinhamento pragmático naquele momento

específico da história, bem como o Interesse Nacional era pré-estabelecido a partir dessa decisão.

Os Estados não decidem tomando por base apenas uma teoria e seus componentes. Invariavelmente lançam mão de aspectos de uma ou outra teoria, ou mesmo da combinação de duas ou mais, tanto nas ações quanto nos discursos construídos, e um exemplo disso foi um discurso proferido que diz “(...) a América é mais segura quando a liberdade avança (...)” (Snyder 2004, tradução livre).

Quando tratamos da formulação da Grande Estratégia, verifica-se uma dificuldade conceitual à luz das teorias, na medida que todas elas tratam de ameaças, e a Grande Estratégia não necessariamente foca apenas neste ponto. As teorias colocam ênfase nas ações de curto prazo para a garantia da sobrevivência do Estado, e a Grande Estratégia, por seu turno, tem um espectro temporal de longo prazo, e esse é o motivo de os países não aplicarem esse conceito em suas formulações, haja vista o fato de que Grande Estratégia de sucesso é exceção (Brands 2014).

Grande Estratégia não se trata de um plano, mas de um processo, ou mesmo um conjunto de ideias (Brands 2014; Silove 2018). Essas formulações devem ser revisitadas de tempos em tempos, e como caso emblemático, temos o Brasil no final da década de 70, quando denunciou o Acordo que mantinha com os Estados Unidos desde 1952. Aquele acordo representava um alinhamento pragmático no momento no qual foi celebrado, porém, com o decorrer do tempo, o Brasil entendeu que esse alinhamento prejudicava o que se entendia por Interesse Nacional, denunciando o acordo e buscando uma Política Externa independente, logicamente com foco nos seus ganhos, uma vez que o Military Assistance Program (MAP) não trazia nenhum benefício ao país.

A evolução do conhecimento em termos de estudo das Relações internacionais, observou o advento do Realismo Neoclássico. Essa corrente diferencia-se dos outros realismos por considerar o ambiente doméstico nas análises, em que pese a lógica de dois níveis de Putnam (2010) haver considerado esses dois ambientes em decisões de política externa, no mesmo sentido de Allison e Halperin (1972). Esses dois autores buscavam entender os processos de negociação e atuação das burocracias neste processo, possuindo muita relação com o que se denominou realismo neoclássico tempos depois.

Quadro 3 - Comparação Realismo Neoclássico e Grande Estratégia

Realismo Neoclássico*	Grande Estratégia**
Direcionada ao curto prazo	Longo Prazo
Papel do ambiente doméstico e decisores	Mobilização de recursos
Análise de Política Externa	Objetivo de interesse Nacional
Incentivos do SI	Formulada pelos decisores
Percepção de ameaças pelos decisores	(O foco dos decisores é mais pragmático)
Foco no comportamento individual dos Estados	(O foco dos decisores é mais pragmático)

Fonte: * (Schweller, 2006); ** (Brands, 2014)

A análise da tabela deixa clara a aderência dessa teoria com o conceito de Grande Estratégia. O principal ponto de similaridade é o papel preponderante do nível individual tanto na teoria quanto na formulação da Grande Estratégia, estabelecendo o papel da racionalidade dos indivíduos nesta formulação, explicando o motivo de os Estados não agirem de uma forma previsível no SI.

Teorias estadocêntricas não fornecem bases para a interação entre o doméstico e o internacional (Putnam 2010). Esse aspecto é importante já que a Política Externa trata da soma de todas as interações do Estado com o mundo e que a Grande Estratégia é a ligação entre as ações de curto, médio e longo prazos (Brands 2014), por meio de ações diárias com objetivos de ganhos de longo prazo.

A Grande Estratégia molda a Política Externa. Dependendo da coalizão dominante, obedecendo ao ciclo eleitoral (Pion-Berlin e Trinkunas 2007), sendo abandonada a cada troca de liderança, maculando a lógica da Grande Estratégia. O espectro temporal é uma das diferenças conceituais dos institutos. O papel das lideranças está no aspecto que, mesmo sem engajamento, eles tomam decisões de longo prazo e, mesmo que os decisores não deem atenção à Grande Estratégia, ela dá ações destes (Brands 2014).

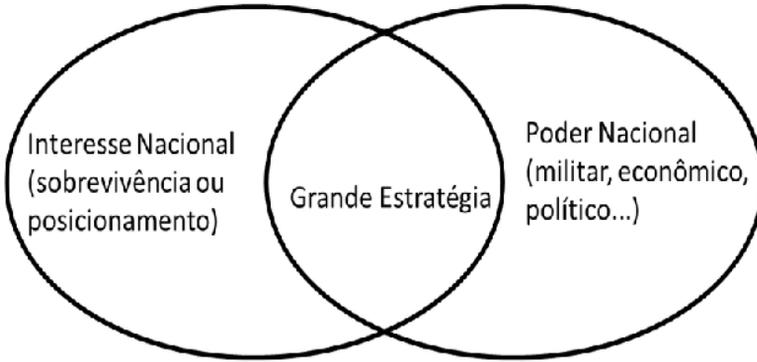
Esse aspecto temporal é um dos limitadores de aplicação das teorias na formulação da Grande Estratégia de um país. Da mesma forma como o tempo faz com que as teorias evoluam, decorrente de contextos específicos, a Grande Estratégia, quando consciente, atravessa diferentes

contextos do SI, de modo que a busca pela segurança gerada a partir da ação de determinados países, pode desencadear um movimento de balanceamento de poder (Schweller 2006), que é uma das premissas realistas, porém a decisão deve decorrer de uma percepção das elites decisórias de que, efetivamente o movimento de busca de segurança por um país possa representar ameaça aos demais.

A Grande Estratégia deve buscar, ou visualizar, um posicionamento futuro de determinado Estado no SI. O reconhecimento do lugar do Estado é um aspecto subjetivo, e feito de forma comparativa em relação a outros países (Lake 2011), e a hierarquização é o resultado do Poder Nacional desenvolvido e mobilizado. Esse Poder é medido a partir de variáveis que estão inseridas na estrutura do Estado, porém, nem todos os fatores contribuem para o posicionamento do país na arena internacional, mas apenas aqueles que estão dentro dos Interesses Nacionais, e, no momento em que este encontra um fator de Poder, temos o terreno propício para a Grande Estratégia do Estado.

Neste ponto é possível discutir o modelo para a inserção da Grande Estratégia a partir da decomposição dos componentes do Poder. Conforme já apresentado, o Poder Nacional de um Estado diz respeito aos fatores que fazem a diferenciação entre eles, e decorrem de aspectos relacionados à sua formação em relação a seus ativos mobilizáveis, mas é condição necessária à existência de discussões por parte das elites dirigentes ao longo do tempo. No que tange aos Interesses Nacionais acerca do direcionamento e do posicionamento do país no SI, também é necessário que tais objetivos sejam formatados pelas elites políticas, que mobilizam recursos oriundos do Poder Nacional para buscar resultados em Política Externa, e essa mobilização de ativos é o que se tem por Grande estratégia, que é colocada dentro do diagrama de Venn, conforme figura 1.

Figura 1- Representação Gráfica da Grande Estratégia



Elaboração: Autor.

A análise da figura depreende que ocorre uma forte interação entre Interesse Nacional e Poder Nacional, e não basta que estes existam, mas devem ser trazidos para a discussão no ambiente doméstico, e esse encontro é o que se define por Grande Estratégia. Os fatores que estão fora da área de interseção não bastam que sejam mobilizados pelo corpo político, mas devem estar na pauta de discussão do Interesse Nacional, passando a ser um aspecto da Grande Estratégia. Pelo modelo apresentado, diversos fatores podem ser invocados e outros retirados dessa área de interseção, mantendo um movimento com certo grau de perenidade na história do Estado ao ser invocado pelo corpo político.

Da mesma forma que os objetivos dos Estados e seus fatores componentes de poder não representam uma massa única. A análise de cada uma delas é essencial para entender as decisões em nível doméstico que afetam no delineamento da Grande Estratégia de um Estado. Essas áreas temáticas, não são estanques, possuindo interconexão que torna impossível a delimitação das fronteiras de cada uma, e por este motivo, para termos um parâmetro para determinar os interesses de um Estado no SI, possuindo uma fluidez contextual que se altera no tempo, e que torna a Grande estratégia um processo perene e sujeito a modificações, mas que não pode deixar de ser discutido, sob pena de uma visão míope por parte das elites decisórias, sujeitando o Estado aos designios do SI, e não em relação à sua soberania.

A importância das teorias das Relações Internacionais está no tratamento do que se define por Poder, que invariavelmente é o Poder Militar, que define o posicionamento do país no SI (Waltz 1979). Essa concepção foi adaptada, considerando outros fatores de Poder, como o econômico, o político, e o cultural, considerados ativos de soft-power, que igualmente podem ser mobilizados ou mesmo incrementados com vistas ao Interesse Nacional, que no caso dos realismos é, em última análise, a sobrevivência ou melhor posicionamento no SI.

CONCLUSÃO

As teorias que tentam explicar as Relações Internacionais evoluem incrementalmente. Longe de buscar uma explicação para todos os fenômenos, a dinâmica do SI conduz as teorias a uma evolução constante, e que, a partir da identificação de outras variáveis, abrange mais casos a serem acomodados na epistemologia das RI, e que mesmo assim não geram uma verdade única, porém, os Estados, unidades de análise, ou figuras, conforme Waltz (1979).

Os Estados possuem comportamentos semelhantes em determinadas circunstâncias e diferentes em outros, quando submetidos a estímulos semelhantes (Schweller 2006), e que a resposta a uma ameaça, inicialmente foi explicada pela escolha racional da sobrevivência, sob a tutela do realismo clássico, e em outras optou-se por não fazer nada em relação à percepção da ameaça, e isso decorreu de estruturas internas aos Estados, como explica o realismo neoclássico.

Este texto teve por objetivo identificar os pontos que existem entre as premissas teóricas e a formulação da Grande Estratégia, com o foco no papel da racionalidade. Considerando que é um conceito de longo prazo, e que depende da discussão dos Interesses Nacionais a serem buscados, por meio da mobilização de recursos para esse objetivo, a racionalidade atua no nível individual dos tomadores de decisão, tanto na formulação da Grande Estratégia quanto na aplicação das teorias de uma forma menos rígidas quando apresentadas, oferecendo flexibilidade e liberdade ao Estado na formulação de seus objetivos.

Independente dos períodos pelos quais as teorias explicam determinados contextos, a Grande estratégia deve ser flexível e se moldar a essas incertezas. A flexibilidade (Drezner, Krebs, e Schweller 2020), permite que sejam identificados traços de uma ou outra teoria nas

premissas teóricas da Grande Estratégia, umas com mais peso relativo e outras com menos importância para o contexto concebido, porém todas obedecendo às variáveis componentes do conceito de Grande Estratégia.

The role of realist theories in Grand Strategy formulation

ABSTRACT

This article deals with realist theories' role in Grand Strategy formulation. International Relations theories explain the phenomena that occur in International System and evolve into new formulations based on reality observation. This process moves the social sciences, which goes from empiricism to effective verification through research methodologies application. Realist theories represent a consecrated paradigm in International Relations. They explain factors that intervene in International System States behavior, as well as the political body objectives. This Grand Strategy considers domestic and international aspects. This article, through content analysis, aims to identify the rationality role in National Interests choice within the countries Grand Strategy formulation, through International Relations theories. Using the content analysis method, concepts were decomposed, analyzing variables common points that make up Grand Strategy concept, as well as the realist theoretical premises. The conclusion is that the Grand Strategy, being long-term, uses realist theories features in its formulation, as well as rationality attributed to states, must be considered from the domestic political body actions, according to Classical Realism and Neorealism premises.

Keywords: Grand Strategy, Realism, National Interest

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham T.; MORTON H. Halperin. Bureaucratic politics: A paradigm and some policy implications. **World politics**, v. 24, p. 40–79, out./ 1972. ISSN: 1086-3338.

ALSINA, João Paulo Soares. **Ensaio de grande estratégia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

BRANDS, Hal. **What Good Is Grand Strategy?**. Nova Iorque: Cornell University Press, 2014.

BUZAN, Barry; WÆVER Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, Londres, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981. ISSN: 1477-9021.

DREZNER, Daniel W.; KREBS Ronald R.; SCHWELLER, Randall. The end of grand strategy: America must think small. **Foreign Affairs**, vol. 99, p. 107-117, 2020. ISSN: 0015-7120.

DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International relations theories: discipline and diversity**. Oxford University Press, 2021.

DYSON, Tom. **Neoclassical realism and defence reform in post-cold war Europe**. Berlim: Springer, 2016.

FRANKEL, Benjamin. **Roots of realism**. Psychology Press, 1996.

GOERTZ, Gary. **Social science concepts: A user's guide**. Princeton University Press, 2006.

KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. Political realism in international relations. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2010. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/realism-intl-relations/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

LAKE, David A. **Hierarchy in international relations**. New York: Cornell University Press, 2011.

LOPEZ, Anthony C.; JOHNSON, Dominic D. P. The determinants of war in international relations. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 178, p. 983–997, 2020. ISSN: 0167-2681.

MEIBAUER, Gustav. Neorealism, neoclassical realism and the problem(s) of history. **International Relations**, v. 37, n. 2, p. 348-369, jun./ 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/00471178211033943>.

MESQUITA, Bruce Bueno de; SMITH, Alastair; SIVERSON Randolph M.; MORROW, James D. **The logic of political survival**. Cambridge: MIT Press, 2005a.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1. p. 11–41, 2013. ISSN: 0102-8529.

MINTZ, Alex; DEROUEN JUNIOR, Karl. **Understanding foreign policy decision making**. Cambridge University Press, 2010.

MORAES, Lauro Escorel de. O conceito de “interesse nacional” e a responsabilidade de diplomacia brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 81, p. 151–161, 1986. ISSN: 2178-0498.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Editora Universidade de Brasília, 2003.

ORTMANN, Stefanie; WHITTAKER, Nick. Geopolitics and grand strategy. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; GRAY, Colin S. (Org.). **Strategy in the contemporary world: An introduction to strategic studies**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 299–316.

PINTO, Guilherme Ferreira; SILVA, Fábio Palma Ribeiro da; PINHEIRO, André Ricardo Mendonça. Utilização de análise multicritério para

hierarquização das atividades de construção de uma embarcação militar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 18795–18807, 2022. ISSN: 2525-8761.

PION-BERLIN, David; TRINKUNAS Harold A. Attention deficits: Why politicians ignore defense policy in Latin America. **Latin American Research Review**, Austin, v. 42, n.3, p. 76–100, 2007. ISSN: 1572-4248.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147–174, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>.

SCHMIDT, Brian C.; WIGHT, Colin. Rationalism and the “Rational Actor Assumption” in realist international relations theory. **Journal of International Political Theory**, v. 19, n.2, p. 158–182, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/17550882221144643>.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered threats**: political constraints on the balance of power. Princeton University Press, 2006.

SCHWELLER, Randall L. The balance of power in world politics. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, 2016. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/display/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acre-fore-9780190228637-e-119?rskey=MdeOXK&result=1>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILOVE, Nina. Beyond the buzzword: the three meanings of ‘grand strategy’. **Journal of Security Studies**, v. 27, n. 1, p. 27–57, 2018. ISSN: 2708-4620.

SIQUEIRA, Cynthia. Burocracia pública e tomada de decisão em política externa. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 12, n. 128, p. 10–16, 2011. ISSN: 1518-1219.

SNYDER, Jack. One world, rival theories. **Foreign policy**, Washington DC, 2004. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/26/one-world-rival-theories/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

TEIXEIRA, Alexandre Gueiros. **Modelo teórico do poder do estado, segundo a percepção da defesa sul-americana**. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

TSEBELIS, George. **Veto players: how political institutions work**. Princeton University Press, 2002.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Addison-Wesley Pub. Co., 1979.